

As Propostas de reforma política

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje 02.12.2006

*“Nada é mais difícil de executar, mais duvidoso de ter êxito ou mais perigoso de manejar do que dar início a uma nova ordem de coisas. O reformador tem inimigos em todos os que lucram com a velha ordem e apenas defensores tópicos nos que lucrariam com a nova ordem”
(Nicolau Maquiavel).*

Não será por falta de proposta que não teremos uma reforma política no Brasil . Tanto no Congresso Nacional, como setores da sociedade civil, como, entre outros, o Movimento Reforma Política Já e a Ordem dos Advogados do Brasil, têm propostas para uma ampla reforma política.

A OAB, por exemplo, criou, em agosto de 2006, o Fórum da Cidadania para a Reforma Política, presidida pelo jurista Fábio Konder Comparato, com o objetivo de “ouvir a sociedade civil e agentes políticos para encaminhar propostas de aprimoramento da legislação ao Congresso nacional”.

A seccional paulista da OAB formou uma “Comissão de Direito Político Eleitoral”, objetivando elaborar uma proposta de reforma política, analisando experiências de mais de 40 países.

Entre as propostas apresentadas pelas entidades da sociedade civil estão: a instituição do voto facultativo, o financiamento público de campanhas eleitorais, o fim das coligações nas eleições proporcionais, a adoção do sistema distrital misto, fim da reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos, cláusula de barreira, definição de prazo de filiação para se poder concorrer a cargos eletivos (as propostas tem variado de 2 a 4 anos de filiação), o fim do voto secreto entre os parlamentares, e que o mandato deve pertencer ao partido e não ao parlamentar.

Assim, são várias as propostas, com itens polêmicos, como a cláusula de barreiras, o voto facultativo e a adoção do sistema eleitoral distrital misto.

No entanto é preciso distinguir o que é proposto e necessário, do que é possível ser aprovado pelo Congresso. Ao que parece. Esse conjunto de propostas, embora relevantes, não estão, ainda, nos horizontes das possibilidades.

Quanto às propostas que estão no Congresso, há quatro possíveis de aprovação: a adoção do sistema de listas fechadas (que, isoladamente, pode atuar a favor do fortalecimento das burocracias partidárias), o financiamento público de campanhas, a fidelidade partidária e o fim das coligações nas eleições proporcionais.

Esse último item deve ser um dos mais difíceis de ser aprovado. Como se sabe, é a única possibilidade de sobrevivência dos pequenos partidos, que necessitam de coligações para poder elegerem seus candidatos (dos deputados federais eleitos para a legislatura 2007-2010, mais de 90% não foram eleitos com voto próprio). O fim das coligações se atinge os chamados partidos ideológicos, tem por alvo os “partidos de aluguel” e nesse sentido, será um passo importante para se ter partidos mais fortes e consistentes.

No início de 2004, o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues escreveu um artigo intitulado “Reforma política, ainda” (Folha de S.Paulo, 14/03/2004), no qual comenta que, pressionados pelos partidos de sua base aliada, os dois projetos de reforma política, que deveriam ser discutidos em caráter de urgência na Câmara, foram deixados para 2005. E diz: “trata-se de algo que se sucede periodicamente. De tempos em tempos, a chamada “mãe de todas as reformas” reaparece com propostas salvacionistas. Provavelmente a encenação se repetirá no futuro”. De fato, se repetiu em 2005, 2006 e seguramente se repetirá em 2007.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br